

Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia

*Gabriel Kraychete**

A proposta de realização deste seminário resultou da confluência de duas constatações e uma indagação. A primeira constatação refere-se às transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho nas duas últimas décadas, com o aumento do desemprego, a diminuição do número de trabalhadores assalariados e o crescimento do número de trabalhadores por conta própria.

Uma segunda constatação, decorrente da anterior, é o reconhecimento de que a reprodução da vida de parcelas crescentes da população passou a depender, em maior escala, de atividades assentadas no trabalho realizado de forma *individual, familiar ou associativa*. Pode-se afirmar que essas atividades, em seu conjunto, sustentam uma *economia dos setores populares*, envolvendo, mesmo que de modo disperso e fragmentado, um extenso fluxo de produtos, serviços e modalidades diversas de trocas e mercados. Convém observar que, face à existência de diferentes denominações - economia popular, economia popular e solidária, sócioeconomia solidária - convencionamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados à prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem, além das atividades realizadas de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de micro-crédito, fundos rotativos, etc. Esta designação, portanto, pretende expressar um conjunto de atividades heterogêneas, sem idealizar, a priori, os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes.

Das constatações anteriores, fluem as seguintes indagações: quais as expectativas que se vislumbram para essa economia dos setores populares face à lógica central do capitalismo hoje? Seria possível não apenas potencializar essa economia dos setores populares, mas, também

* Professor titular da Universidade Católica do Salvador.

expandir e desenvolver as relações assentadas em valores éticos de solidariedade, cooperação e justiça? Ou estes setores estariam, inapelavelmente, condenados a viver nas franjas do sistema?

A necessidade desta reflexão emana da prática das entidades promotoras deste seminário e de outras instituições que, a partir das suas singularidades, possuem uma presença junto às organizações econômicas populares, seja através da assessoria direta e de publicações sobre administração popular, seja através da viabilização do crédito ou da destinação de recursos econômicos orientados para projetos associativos e solidários, seja através de projetos de pesquisa e extensão, etc.

A realização deste seminário dá seguimento a outros encontros,¹ almejando, neste passo, transpor o momento da troca de experiências e projetar, entre a realidade e a utopia, a reflexão sobre os limites, as fragilidades, as potencialidades, os impasses e os desafios que permeiam essa economia dos setores populares, "nestes tempos de globalização".

Neste texto, originalmente preparado como uma introdução ao tema do seminário, busco expor as reflexões e indagações que inspiraram a proposta de realização deste evento.² Após sumariar as transformações ocorridas no mercado de trabalho,³ apresento algumas concepções e expectativas em relação ao denominado setor informal e, recorrendo às informações contidas na pesquisa sobre a "Economia informal urbana" - recentemente divulgada pelo IBGE -, apresento algumas características do trabalho realizado por conta própria. Em seguida, sinalizo para uma forma de percepção da economia dos setores populares, recorrendo às idéias pouco convencionais do historiador francês Fernand Braudel sobre economia de mercado e capitalismo. Por fim, recoloco as questões que constituem o substrato dos objetivos propostos para este seminário.

1. As tendências estruturais do mercado de trabalho

Crescimento do desemprego

¹ Em meados de 1997, a CESE e o CEADe promoveram uma Consulta intitulada *Economia popular: viabilidade e alternativas*, com o objetivo de recolher subsídios para análise e acompanhamento de projetos produtivos e compartilhar experiências e proposições existentes sobre o tema. Naquela oportunidade, com a participação de cerca de sessenta representantes de organizações dos movimentos sociais rurais e urbanos, foram debatidos temas vinculados à viabilidade econômica, questões associativas, crédito e aspectos legais concernentes à economia dos setores populares.

² Este texto tem por referência os debates efetuados no âmbito da equipe da CAPINA, do Programa sobre Economia Popular desenvolvido pela UCSal e as discussões realizadas em diferentes encontros promovidos pela CESE e pelo CEADe.

³ A análise e os dados sobre a estrutura do mercado de trabalho foram retirados de Pochmann, Marcio. *O Trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Contexto, 1999.

Nos anos 1990, segundo dados do IBGE, todas as regiões brasileiras apresentaram taxas de desemprego que são, no mínimo, o dobro das verificadas no final da década de 1980.⁴ Em 1999, segundo a Fundação Seade e o Dieese, as taxas de desemprego correspondem a cerca de 20% da População Economicamente Ativa (PEA) nas regiões metropolitanas. Nos primeiros meses de 1999, a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo atingiu cerca de 20% da PEA, correspondendo a quase 1,8 milhão de pessoas desempregadas. Isto equívale a um contingente de desempregados, em São Paulo, superior à população de uma cidade como Recife! Em termos relativos, a região metropolitana de Salvador apresenta o maior índice de desemprego (mais de 26% da PEA), correspondendo a cerca de 400 mil desempregados.

Na década de 90, mais do que duplica o tempo médio em que um trabalhador desempregado demora para encontrar um emprego. Em 1990, na Região Metropolitana de São Paulo, quando a taxa de desemprego era de 9,3%, o tempo de procura era de 15 semanas. Em abril de 1999, este tempo aumentou para 42 semanas, conforme dados da mesma pesquisa Dieese/Seade.

Considerando que o Brasil apresenta um crescimento demográfico de 1,4% ao ano e que a PEA cresce à taxa de 2,7%, o país precisaria criar 1,5 milhão de novos empregos por ano, o que suporia um crescimento continuado do PIB a uma taxa de 7%, apenas para absorver a nova população que ingressa no mercado de trabalho a cada ano. Mas, com a queda do PIB prevista para 1999, ao invés de criação de empregos devem ser fechados novos postos de trabalho.

O crescimento do desemprego foi acompanhado por uma modificação na composição da estrutura ocupacional, com uma diminuição gradativa, desde os anos 80, da mão-de-obra empregada na indústria e no setor primário, e um aumento do terciário, que cresce deteriorando-se, absorvendo ocupações instáveis e mal remuneradas.

Nos anos 1990, a região Sudeste – principal pólo industrial do país -, apresentou um decréscimo de quase 10% nas ocupações industriais, sem que isso fosse compensado pelo aumento da ocupação na indústria localizada em outras regiões do país. Nestes termos, em 1995, o setor secundário no Brasil englobava um contingente de trabalhadores não muito superior ao que

⁴ No Brasil o número de desempregados difere conforme a metodologia da pesquisa. O IBGE considera como empregado qualquer pessoa que fez algum tipo de trabalho na semana anterior à pesquisa. O índice de desemprego apurado pelo Dieese/Seade considera o desemprego oculto pela trabalho precário (aqueles que procuram trabalho mas exercem precariamente alguma atividade) e o desemprego oculto pelo desalento (aqueles que gostariam de estar trabalhando, procuraram trabalho no último ano, mas não o fizeram nos últimos 30 dias).

possuía no início da década de 1970. Atualmente, de cada dez ocupações existentes, seis são de responsabilidade do setor terciário, duas do setor secundário e duas do primário.

Desassalariamento

Entre as décadas de 1940 e 1980, o mercado de trabalho no Brasil estruturou-se através da ampliação dos empregos assalariados, principalmente dos assalariados com carteira assinada, havendo uma redução dos trabalhadores por conta própria e do desemprego. Para cada 10 postos de trabalho abertos naquele período, oito eram assalariados (sendo 7 com registro e 1 sem registro) e 2 não assalariados. O emprego assalariado aumentou a sua participação na PEA de 42%, em 1940, para 62,8%, em 1980.

A partir de 1980, essa tendência de estruturação do mercado de trabalho, em torno do emprego assalariado, sobretudo dos empregos assalariados com registro formal, foi interrompida. Entrecortada por um curto período de crescimento econômico (1984/86), a década de 1980 foi marcada pela recessão (1981/83 e 1987/89) e por elevados índices de inflação.

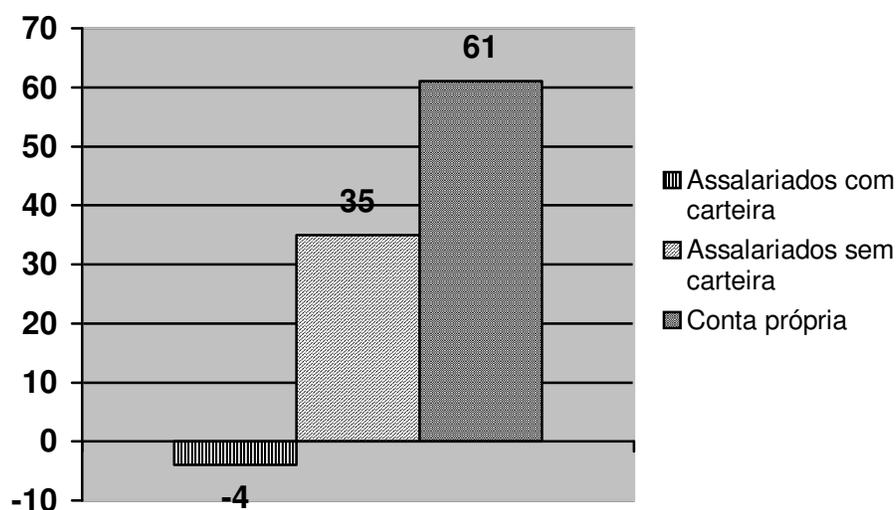
Os sucessivos ajustes macroeconômicos, voltados para o controle da inflação e das contas externas, repercutiram sobre o mercado de trabalho, interrompendo a tendência anterior. Na década de 1980, diminuiu o ritmo de crescimento dos empregos assalariados, aumentou o número de trabalhadores sem contrato de trabalho e dos trabalhadores por conta própria. Entre 1980 e 1991, o emprego assalariado total apresentou uma taxa média de crescimento anual semelhante à variação da PEA (2,8%). Mas o emprego assalariado sofreu uma alteração significativa na sua composição, ou seja, houve um grande aumento do número dos assalariados sem registro em carteira. De cada cem empregos assalariados gerados neste período, cerca de 99 foram sem registro e apenas um com registro.

Na década de 1990, torna-se mais nítido o fenômeno do desassalariamento, influenciado, principalmente, pela redução dos empregos assalariados com registro. Em 1989, o total de assalariados representava 64% da PEA. Em 1995, este percentual diminuiu para 58%. Entre 1994 e 1999, embora a economia tenha apresentado evolução positiva do Produto Interno Bruto - ainda que a taxas pouco expressivas -, o volume de emprego assalariado com carteira em todo o país foi reduzido em 1,5 milhão.

Ampliação dos trabalhadores por conta própria

Nos anos 1990, observa-se uma forte ampliação das ocupações por conta própria. Neste período, para cada 10 ocupações geradas, apenas duas foram assalariadas, sendo quase cinco por conta própria e três de ocupações sem remuneração. Entre 1986 e 1998, nas Regiões Metropolitanas, o emprego assalariado com carteira teve uma redução de 4% e o número de trabalhadores por conta própria aumentou em 61%.

Variação % do emprego por posição na ocupação
Regiões Metropolitanas - 1986/1998



Fonte: IBGE. Agregação das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Dados extraídos de Dupas, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social. Paz e Terra, São Paulo, 1999.

Verifica-se, portanto, um crescimento das ocupações denominadas de informais, como um resultado do aumento do desemprego, do processo de desassalariamento, do crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria. Estes fatos, somados ao aumento do tempo médio em que o trabalhador permanece desempregado, empurram parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações, colocando novos problemas a um mercado de trabalho historicamente desigual e excludente.

Às pessoas que sempre viveram de trabalhos informais, sobretudo através das ocupações por conta própria, soma-se um novo contingente, composto pelos trabalhadores expulsos do emprego regular e pelas pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano.

Num país como o Brasil, que nunca conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais (superiores a 90%) nem, tampouco, experimentou nada semelhante à rede de proteção social típica ao *Welfare State* europeu ⁵, a acomodação destas novas tendências do mercado de trabalho pode se traduzir em vereditos intoleráveis, consagrando uma situação de total desamparo social para os trabalhadores que transitam para o informal.

Quando os trabalhadores perdem seus empregos regulares e mergulham na informalidade do trabalho por conta própria, experimentam uma diminuição da sua renda média, somada a uma grande insegurança em relação ao futuro e a sua proteção social. Tudo passa a depender do próprio indivíduo, que deve criar e manter o seu próprio trabalho. Como não contribuem para a Previdência Social, os trabalhadores por conta própria, em sua quase totalidade, estão excluídos do direito à aposentadoria e enfrentam a ameaça incontornável da obtenção de algum rendimento na eventualidade de doenças ou acidentes que interrompam o trabalho que realizam.

Face a essas transformações no mundo do trabalho, convém situar algumas visões e expectativas, antigas e novas, em relação ao denominado setor informal.

2. Economia informal e empreendimentos populares: visões e expectativas

Embora a denominação de *economia dos setores populares* não se confunda ou se reduza ao âmbito do setor informal, a referência ao mesmo justifica-se na medida em que: i) os estudos e as informações estatísticas sobre o trabalho realizado de forma individual ou familiar, sobretudo nos espaços urbanos, normalmente estão referenciados ao denominado setor informal; ii) estas formas de trabalho não são iniciativas isoladas, mas interagem com o seu entorno, relacionando-se com os mercados e circuitos produtivos dominantes e iii) parto do pressuposto de que estas modalidades de trabalho são historicamente determinadas, não se confundem com a economia capitalista e possuem uma lógica econômica específica.

Usualmente o setor informal é delimitado, justapondo-se, com ponderação variável, diversos critérios (trabalhadores por conta própria, contando ou não com a ajuda de mão-de-obra não remunerada; empresas com menos de cinco empregados; setor em que os negócios e os contratos

⁵ O seguro-desemprego, no Brasil, existente desde 1986, garante o pagamento de um salário mínimo até o teto máximo de R\$ 243,00, durante um período de três a cinco meses, aos trabalhadores desempregados que comprovem vínculo empregatício de 6 a 11 meses. O valor médio do benefício situa-se em torno de 1,5 salário mínimo.

de trabalho não obedecem à legislação trabalhista e fiscal, etc). Nestes termos, a conceituação do setor informal assemelha-se mais a uma descrição de atividades ou situações, envolvendo um conglomerado que, tratado como um conjunto, não responderia a nenhuma lógica específica. Ou melhor, o setor informal seria um movimento reflexo do setor formal ou moderno: cresceria nos momentos de crise, amortecendo o desemprego gerado no setor formal.

Até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza urbana como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento industrial. O setor informal era entendido como um sub-produto de um eventual período de crise ou insuficiente desenvolvimento do setor moderno, e que seria superado pelo crescimento econômico. Desse ponto de vista, não haveria razão para se perder tempo discutindo-se a viabilidade do setor informal. Conforme esta visão, *o futuro era o capital e todos cresceríamos juntos*.

Do ponto de vista da esquerda, também não havia razões para se ocupar com o informal. *O futuro era o socialismo e o que contava era a luta sindical*. Hoje, cresce, implacavelmente, o número de trabalhadores que não são nem mesmo passíveis de sindicalização. Nestes termos, parece que, entre o desenvolvimento capitalista e a revolução socialista, o chamado setor informal ficou como um elo perdido.

Nos anos 1970, quando imperava o paradigma da integração social, o mercado capitalista era visto como um mecanismo de integração-proletarização, onde o Estado completava e compensava esta integração. Daí a importância da categoria de “consumo coletivo”, que dava conta das políticas sociais do Estado, e cujo sentido seria o de reprodução da força de trabalho - entendida como a capacidade de trabalho vendida em troca de um salário - via pela qual também ocorreria a reprodução da população urbana. Daí também a importância da categoria de “novos movimentos sociais” como aqueles capazes de articularem as forças reivindicativas diante do Estado, o que, pressumia-se, resultaria num confronto com a ordem capitalista face à incapacidade do Estado em atender às demandas sociais.⁶

Assim, as pessoas que viviam do informal eram, via teoria da marginalidade, integradas aos movimentos sociais, não pelo trabalho que exerciam, mas na condição de participantes dos movimentos sociais vinculados ao solo urbano, moradia, educação popular, etc.

⁶Cf. Coraggio, José Luis. *Economia Urbana: la perspectiva popular*. (mimeo) Instituto Fronesis, 1994.

Hoje, entretanto, tende a se cristalizar nos espaços urbanos uma situação onde uma reduzida elite dispõe dos benefícios prometidos por uma sociedade global, mas parcelas crescentes da população, antes denominadas de marginalizadas e que não têm como ser globalizadas, vão sendo implacavelmente excluídas.

Face às transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho, ao longo das duas últimas décadas, pode-se apresentar, grosso modo, pelo menos duas novas visões e expectativas em relação ao informal.

Uma certa visão, compatível com as crenças ultra-liberais, propõe aos que não têm acesso ao mercado formal de trabalho que adquiram uma tal de *empregabilidade*; que se transformem em empresários de si mesmos. Propõe que os desempregados montem os seus próprios empreendimentos, transformando-se em pequenos empresários individuais. Aprenderiam com o mercado capitalista a arte dos negócios como se houvesse uma evolução contínua entre empreendimentos populares e pequenas empresas. De um paradigma antropológico do indivíduo-máquina passa-se, agora, a uma nova matriz: aquela do indivíduo-empresa⁷, onde apenas os mais capazes mereceriam sobreviver.

Por outro lado, estudos e análises recentes - ancorados numa visão crítica sobre os postulados econômicos hegemônicos - apontam, embora de forma ainda pouco precisa, para a importância de conceitos como *economia popular, economia popular e solidária ou sócio-economia solidária*⁸. Constatam que, diante de oportunidades de emprego regular, cada vez mais restritas, a reprodução da vida de uma parcela crescente da população passa a depender, em maior escala, de uma economia que se alimenta de inúmeras atividades realizadas de forma individual, familiar ou associativa, envolvendo um extenso fluxo de produção e troca de bens e serviços.

Até o início da década de 1990, atribuía-se pouca importância política às iniciativas populares que se dedicavam à produção/comercialização de bens e serviços. Pode-se dizer que existia um certo preconceito, como se os grupos populares se maculassem ao entrar em contato com o

⁷ Cf. Lara, Francisco. "Conversas sobre economia, administração e gestão de empreendimentos sociais". Capina. (mimeo) novembro, 1997.

⁸ Apenas recentemente essa economia dos setores populares vem ensejando estudos e pesquisas. Ver Gaiger, Luiz Inácio (org.) Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo. UNISINOS, 1996; Singer, Paul. Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas. São Paulo, Contexto, 1998; Coraggio, José Luis. "Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado", in Proposta, n° 72, março/maio 1997 e Arruda, Marcos. Globalização e cooperativismo popular: desafio estratégico. (mimeo), Rio de Janeiro, 1996.

mercado. Ou, então, eram vistos como uma expressão das ações assistencialistas destinadas a amenizar o aumento da pobreza. Entretanto, recentes linhas de pesquisa e estudo focalizam algumas iniciativas dessa economia dos setores populares não como uma frente pré-política, mas como uma ação de fronteira, geradora de embriões de novas formas de produção e sociabilidade.⁹

É possível que a forma de se olhar para estes grupos tenha sido eclipsada pela relevância conferida à luta sindical, ou pela perspectiva de que somente as mudanças políticas nas relações de poder permitiriam pensar um mundo melhor. Nesta ótica, a responsabilidade pela geração e pelo gerenciamento dos investimentos econômicos seria de competência dos empresários e do Estado. Isto está mudando. Talvez pela constatação de que, nos últimos anos, somando-se às diversas formas de resistência a um modelo econômico estruturalmente excludente e concentrador da renda, multiplicam-se as iniciativas das organizações populares diretamente empenhadas na criação de atividades econômicas como uma das formas de luta pela vida. São práticas que se vinculam ao mercado e enfrentam temas como trabalho, renda e políticas públicas. Diferentemente do que ocorria até há pouco tempo, estas iniciativas não se encontram mais à margem, mas na confluência de fatos e análises que perpassam os movimentos sociais.¹⁰

Resumindo, podemos colocar as seguintes questões: a informalidade conteria uma virtude a ser potencializada, ou seria uma necessidade decorrente da luta pela vida, face à ausência de empregos estáveis, bem remunerados e de boa qualidade? As iniciativas que se desenvolvem a partir do informal constituiriam uma alternativa para o desemprego no setor formal, seja na perspectiva ultra-liberal ou sob a ótica de uma economia popular?

3. Uma caracterização dos "empreendimentos" informais

Hoje, torna-se evidente que o crescimento do denominado setor informal, alimentado, sobretudo, pelo aumento dos trabalhadores por conta própria, já não pode mais ser entendido como um sub-produto de um período de crise a ser superado pela retomada do crescimento econômico. Por sua magnitude e caráter estrutural, o crescimento dessas formas de trabalho já não pode ser explicado

⁹Cf. Gaiger, Luiz Inácio (coordenador). Experiências de geração de renda: no rumo de uma economia popular e solidária. Projeto de Pesquisa. UNISINOS/CEDOPE, São Leopoldo, 1997.

¹⁰No campo, a luta pela terra tem se desdobrado em mobilizações por linhas de crédito adequadas à agricultura familiar. As atividades voltadas para a comercialização e para o beneficiamento como meio de agregar valor aos seus produtos, apesar das inúmeras dificuldades existentes, é assumida como um novo desafio pelas organizações de trabalhadores rurais, revelando a emergência de novas formas de se relacionarem com o Estado e com a sociedade. Deve-se reconhecer, entretanto, que, nos espaços urbanos, as iniciativas econômicas de caráter associativo enfrentam situações bem mais adversas do que no meio rural.

como um fenômeno residual ou conjuntural, cujo movimento compensaria as variações do setor formal: ele tende a crescer com o próprio crescimento do setor moderno. Em outras palavras, as formas de trabalho típicas ao setor informal não representam um passado a ser superado pelo desenvolvimento do processo de acumulação, mas a presença de um futuro a ser recriado em escala ampliada.

Embora o termo economia dos setores populares designe um universo distinto daquele usualmente representado pelo chamado setor informal, os dados recentemente divulgados pelo IBGE, referentes à economia informal urbana, permitem traçar um perfil – parcial e aproximado - dos empreendimentos econômicos populares. Pelos critérios do IBGE¹¹, estariam incluídas no setor informal as unidades econômicas de produção de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados. Uma evidente limitação dessa pesquisa reside no seu recorte urbano¹², que exclui as atividades não agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios em áreas rurais, a exemplo da pequena indústria alimentar, confecções e serviços.

Nestes termos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE, o Brasil possuía, em 1997, cerca de 9,5 milhões de empresas informais, ocupando cerca de 13 milhões de pessoas (trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, trabalhadores assalariados com e sem carteira assinada e trabalhadores não remunerados).

Economia Informal urbana		
Empresas e pessoal ocupado		
Brasil - 1997		
Empresas	9.477.973	100%
Conta própria	8.151.616	86%
Empregadores	1.326.616	14%
Pessoal ocupado	12.870.421	100%
Conta própria	8.589.588	67%
Empregador	1.568.954	12%
Empregado	2.194.725	17%
Não remunerado	517.153	4%

Fonte:IBGE.

Do total de *empresas*, 86% correspondem a trabalhadores por conta própria. Os empreendimentos com empregadores representam apenas 14% do total. Considerando as pessoas ocupadas por

¹¹ Segundo o IBGE, os critérios adotados para a Pesquisa Economia Informal Urbana baseiam-se nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

¹² O IBGE justifica o recorte urbano com base nos altos custos operacionais que a cobertura dos domicílios rurais acarretaria, e na evidência empírica de que é nos grandes centros urbanos que se concentra a economia informal.

posição na ocupação, 12% são empregadores, 17% são empregados e 67% são trabalhadores por conta própria.

Estes dados revelam que a unidade econômica denominada de *empresa* informal é constituída, sobretudo, pelo trabalhador autônomo, que cria, muitas vezes do quase nada, o seu próprio trabalho, contando, ou não, com ajuda de mão-de-obra não remunerada .

Quanto à receita, 38% dos estabelecimentos informais situam-se na faixa de até R\$300,00 mensais. Observa-se uma grande diferença entre a receita e o lucro médio dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores. Considerando a receita média das atividades por conta própria, quase 60% situam-se na faixa de até R\$500,00 mensais. O lucro médio das atividades por conta própria, em reais de 1997, era inferior ao rendimento médio mensal dos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, conforme dados do IBGE para o mesmo ano.

Economia Informal urbana
 Receita e lucro Médio Mensais
 Brasil - 1997

Especificação	Total	conta própria	empregador
Receita Média (em R\$ out/97)	1.405	931	4.262
até 300	38%	42%	6%
301 a 500	15%	17%	6%
501 a 1000	18%	19%	15%
mais de 1000	29%	22%	73%
Lucro Médio (em R\$ out/97)	629	489	1.513
Rendimento médio do empregado assalariado com carteira (em R\$)	546		

Fonte:IBGE

Considerando-se os dados do PNAD para o conjunto do país, observa-se que um terço dos trabalhadores por conta própria possuíam um rendimento equivalente a, no máximo, um salário mínimo. Entre os trabalhadores assalariados este percentual é bastante inferior (8,2%), confirmando que os trabalhadores por conta própria situam-se num estrato de renda inferior aos assalariados com carteira.

Renda dos trabalhadores por conta própria
e dos assalariados com carteira assinada.

Brasil - 1997

Faixa de renda (salário-mínimo)	assalariado	conta-própria
até 1	8,2%	32,4%
mais de 1 a 2	23,1%	19,5%
mais de 2 a 3	23,5%	14,5%
mais de 3 a 5	23,1%	16,4%
mais de 5 a 10	14,2%	10,3%
mais de 10 a 20	5,3%	4,6%
mais de 20	2,5%	2,3%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE - PNAD.

Em seu conjunto, estes dados evidenciam as carências e dificuldades dos trabalhadores por conta própria, contrastando com o discurso fantasioso do *empreendedorismo*. Ao contrário de ser o espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores como alternativa ao emprego regular, a economia informal, tal como existe hoje, é o lugar onde, mal e precariamente, vai ocorrendo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos formais de trabalho.

A pesquisa do IBGE evidencia que as atividades informais estão presentes em todos os ramos de atividade, embora o setor de serviços absorva quase metade dos empreendimentos, seguido pelo comércio (26%) e indústria de construção (15,5%).

Economia Informal Urbana

Empreendimentos informais por grupo de atividade

Brasil – 1997

Total	100,0%
Indústria de transformação	11,9%
Indústria da construção	15,5%
Comércio	26,2%
Serviços de alojamento e alimentação	8,3%
Serviços de transporte	6,7%
Serviços de reparação e diversões	19,8%
Serviços técnicos e auxiliares	11,3%

Fonte: IBGE.

Embora mais de 90% dos empreendimentos informais constituam-se em atividades permanentes, que funcionam durante todos os meses do ano, e seja responsável pela reprodução da vida de uma parcela significativa da população, a grande maioria (97%) não recebeu qualquer tipo de

assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos cinco anos que antecederam a pesquisa, e apenas 5% recorreram ao crédito nos últimos três meses que antecederam a pesquisa. Entre os 3% que receberam alguma assistência, a maior parte foi prestada por órgãos não ligados ao governo.

Economia Informal Urbana	
Acesso ao crédito e recebimento de assistência técnica	
Brasil – 1997	
Utilizou crédito nos três meses anteriores a pesquisa	5%
Recebeu assistência técnica, jurídica, ou financeira nos últimos cinco anos	3%
de órgão do governo	34%
de outras instituições	66%

Fonte: IBGE.

Quanto às motivações para o trabalho que realizam, 25% iniciaram o negócio por estarem desempregados e 18% pela necessidade de complementação de renda. Ou seja, 43% dos empreendimentos informais decorreram de dificuldades procedentes do mercado regular de trabalho. Deve-se observar, entretanto, que cerca de um terço dos empreendimentos informais estruturaram-se a partir de expectativas positivas, envolvendo o desejo de não possuir patrão (20%), horário flexível (2%) e negócio promissor (8%).

Economia Informal Urbana	
Motivação para iniciar o negócio	
Brasil - 1997	
Total	100%
Não encontrou emprego	25%
Desejo de não possuir patrão	20%
Oportunidade de fazer sociedade	2%
Horário flexível	2%
Tradição familiar	8%
Complementação de renda	18%
Experiência na área	9%
Negócio promissor	8%
Trabalho secundário	2%
Outro motivo	5%

Fonte: IBGE.

No que se refere às dificuldades, quase 34% indicaram a falta de clientes e 18,8% apontaram a concorrência como o principal problema, revelando a retração do mercado consumidor - provocado pelo desemprego e pela diminuição do poder aquisitivo da população -, e a saturação de atividades no âmbito do informal.

Economia Informal Urbana
Principais Dificuldades
Brasil - 1997

Total	100,0%
Falta de clientes	33,6%
Falta de crédito	1,0%
Baixo lucro	7,1%
Problemas com fiscalização	0,7%
Falta de mão-de-obra qualificada	0,3%
Concorrência muito grande	18,8%
Falta de instalações adequadas	1,8%
Falta de capital próprio	12,4%
Outras dificuldades	5,5%
Não teve dificuldade	18,8%

Fonte:IBGE

O baixo lucro e a ausência de capital de giro representam um problema típico dos empreendimentos informais. Deve-se observar, entretanto, que apenas 1% apresentaram a falta de crédito como uma dificuldade. Estes dados refletem a inexistência de um sistema de crédito adequado às atividades econômicas populares, inibindo a contratação de empréstimos como uma forma de contornar as dificuldades. Por outro lado, a busca de crédito nas condições vigentes no mercado financeiro comercial introduz uma importante mudança no modo de operar destes empreendimentos populares, que passariam a responder não apenas às exigências do trabalho e de sustento da família, como às do capital financeiro, aumentando as condições de insegurança e risco das atividades que realizam.¹³

Economia Informal urbana
Planos para o Futuro
Brasil - 1997

Total	100%
Aumentar o negócio	37%
Continuar no mesmo nível	30%
Mudar de atividade e continuar independente	9%
Abandonar atividade e procurar emprego	12%
Outros planos	2%
Não sabe	9%

Fonte:IBGE

¹³Mais recentemente estão surgindo ou sendo propostas algumas linhas oficiais de crédito direcionadas especificamente às iniciativas econômicas populares. A viabilização desse crédito é algo necessário, desde que reúna algumas condições. O acesso de pessoas pobres ao crédito é um direito e requer instituições especiais (em termos de sua filosofia, procedimentos e qualificação de pessoal), que se dediquem a este tipo de operação. Através de um trabalho educativo, podem ser utilizados alguns instrumentos, bastante simples, que auxiliem as pessoas a refletir sobre a viabilidade e o aperfeiçoamento das atividades que realizam ou pretendam realizar, a exemplo de roteiros simplificados de análise de viabilidade econômica utilizados pelo CEADe.

Em relação aos planos para o futuro, 37% declararam que pretendem aumentar o negócio, 30% pretendem continuar no mesmo nível, e apenas 12% pretendem abandonar a atividade e procurar emprego. Ou seja, entre o atual drama do desemprego e os planos para o futuro, quase 70% das pessoas acalentam a expectativa de permanência ou de ampliação do próprio negócio. Planos de quem sabe, porque sente, na luta cotidiana pela vida, que são cada vez mais fugidias as esperanças de um emprego regular no mercado capitalista de trabalho.

Como tratar estas atividades do ponto de vista da sua viabilidade econômica? Neste ponto, convém lembrar a distinção pouco convencional realizada por Braudel entre economia de mercado e capitalismo.

4. Economia dos setores populares, capitalismo e economia de mercado

Talvez seja instigante fazer referência a uma notícia tão trivial e frequente nos jornais de nossas cidades: “aumentam as reclamações contra os vendedores ambulantes, que são prejudiciais ao comércio, que vendem ilicitamente suas mercadorias e, por isso, são perseguidos pelas autoridades municipais”. Apesar de atual e corriqueira, essa não é nenhuma notícia de Recife, de Salvador ou sobre os camelôs da Praça da Sé, em São Paulo. Trata-se de um relato da França do século XVII¹⁴ em relação ao qual Braudel assinala que “a venda ambulante é sempre uma maneira de contornar a ordem estabelecida do sacrossanto mercado, de zombar das autoridades”.

Um vendedor ambulante que vende suas mercadorias pelas ruas situa-se em pleno mundo das trocas, do cálculo, por mais modestos que sejam suas trocas e cálculos. Mas Braudel indica que a palavra *mercado* é usualmente utilizada tanto para designar as formas de troca e de circulação que dizem respeito às superfícies mercantis (mercado nacional, mercado urbano) ou de mercadorias específicas (mercados do açúcar, da castanha, etc), como para designar um sistema identificado como *economia de mercado*. “A visão convencional das ciências sociais, do discurso político e dos meios de comunicação de massa é que capitalismo e economia de mercado são mais ou menos a mesma coisa, e que o poder do Estado é oposto a ambos. Braudel, ao contrário, encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal, constituindo-se esse sistema na antítese da economia de mercado”.¹⁵ Como indica

¹⁴ Braudel, Fernand. Os Jogos das Trocas. Lisboa-Rio de Janeiro, Edições Cosmos, 1985, p.65

¹⁵ Citação de Wallerstein reproduzida por Arrighi, Giovanni. O Longo Século XX, Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Editora Unesp, 1996, p.10

Braudel, o entendimento entre capital e Estado atravessa os séculos da modernidade. O capital vive sem constrangimentos da complacência, isenções, auxílios e liberalidades do Estado. Para o capital, o Estado é uma fonte ressurgente de recursos da qual nunca se mantém muito longe.¹⁶

Para Braudel¹⁷, economia de mercado e capitalismo não são a mesma coisa. O verdadeiro lar do capitalismo residiria numa camada superior da hierarquia do mundo dos negócios, onde reina o direito do mais forte, “circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva”. Como indica Wallerstein¹⁸, Braudel reformula a relação entre mercado e monopólio, atribuindo aos monopólios o papel de elemento-chave do sistema capitalista. Face ao poder de monopólio das grandes empresas que as permite impor os preços e induzir o consumo, as chamadas leis do mercado seriam inócuas. O que caracterizaria o jogo superior da economia seria a possibilidade de transitar de um monopólio para outro. Segundo Braudel, o segredo da vitalidade do capitalismo estaria na sua *flexibilidade*, na sua capacidade de *mudar de rumo*, um *privilégio* que tem a ver com o peso dos seus capitais, com as suas capacidades de empréstimo, com sua rede de informações e com os vínculos de regras e cumplicidades entre uma minoria poderosa, mesmo que dividida pelo jogo da concorrência. Desfrutando do privilégio de poder escolher volta-se, alternada ou simultaneamente, para os lucros do comércio, da indústria, da especulação financeira, dos empréstimos ao Estado, etc. Para Braudel, o Estado é um elemento constitutivo do sistema capitalista. Neste sentido, todo monopólio é político, tornando sem significado a controvérsia em torno da legitimidade da interferência do Estado na economia.

Por outro lado, ontem como hoje, haveria uma economia de mercado que gira por si própria numa margem inferior e extensa da economia, constituída por unidades independentes e responsáveis por um volume significativo de trocas de bens e serviços. A própria atividade produtiva pressupõe a divisão do trabalho e, portanto, a existência das trocas. O mercado, esse lugar das trocas dos resultados dos trabalhos humanos não seria, no sentido que Braudel lhe atribui, o signo do capitalismo. Sem o mercado não haveria economia no sentido corrente da palavra, mas uma vida fechada na auto-suficiência. Esta matriz de observação relativiza a visão de um sistema capitalista de alto a baixo da sociedade, contribuindo para a percepção de atividades econômicas que se movimentam rente-ao-chão e que escapam às estatísticas.

¹⁶CF. Braudel, Fernand. O Tempo do Mundo. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p.579.

¹⁷Cf. Braudel, Fernand. Os Jogos das Trocas. Lisboa-Rio de Janeiro, Edições Cosmos, 1985 e O Tempo do Mundo. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

¹⁸ Fernand Braudel e a história. Chateaufallon/outubro 1985. Lisboa, Teorema, 1987, pg.124.

Sem desconhecer os processos de submissão à reprodução do capital, pode-se afirmar que, face ao aprofundamento da insuficiência da economia capitalista em absorver parcelas crescentes da população como mão-de-obra assalariada, esse segmento da economia de que nos fala Braudel deve se constituir num refúgio de uma parte cada vez maior da população economicamente ativa. É nos interstícios dessa economia de mercado que vem ocorrendo a reprodução da vida de uma parcela crescente da população.

Embora o comércio ambulante apareça como a manifestação mais aparentemente visível desta economia dos setores populares, existe, na verdade, uma extensa lista de atividades, desde produção de alimentos até a construção civil e produções culturais.

Como indica Coraggio,¹⁹ este conjunto de atividades ocorre a cargo da reprodução da população, independentemente do seu caráter de força de trabalho para o capital. Ou seja, as condições de trabalho necessárias à reprodução da vida de parcelas crescentes da população não vêm sendo proporcionadas nem pelo mercado capitalista de trabalho, nem pelas cada vez mais restritas ações compensatórias do Estado.

A *eficiência* dessa economia dos setores populares não pode ser aferida pela capacidade de seus integrantes transformarem-se em pequenos empresários, mas por sua capacidade de assegurar postos de trabalho e gerar alguma renda para um grande número de pessoas.

A *racionalidade* dessa economia está ancorada na geração de renda destinada a prover e repor os meios de vida e na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho e não de inversão de capital. Ou seja, baseia-se na lógica da necessidade, expressando o reverso da lógica do capital, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho.

Diferentemente da empresa, que tem por objetivo a acumulação de capital, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da *reprodução da vida da unidade familiar*.²⁰ Ao contrário das empresas que - na busca do lucro, da competitividade e da produtividade - dispensam mão-de-obra, os *empreendimentos populares* não podem dispensar os filhos e conjuges que gravitam no seu entorno.

¹⁹Cf. Coraggio, José Luis. “Economia Popular e Construção da Cidade”, in *Proposta*, n. 62, set.94.

²⁰ Esta análise inspira-se em Coraggio, José Luis. *Economia urbana. La perspectiva popular*. Quito, ILDES. FLACSO, 1998.

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvido como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento. O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação do capital, assume um outro significado para os empreendimentos populares. Ou seja, no caso dos empreendimentos populares, é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar destas pessoas.

5. Uma conclusão: a necessidade de repor as nossas indagações

É neste cenário, delineado pelas mudanças estruturais no mundo do trabalho e pela busca de alternativas através de inúmeras iniciativas econômicas populares, que se desvelam a contemporaneidade e a pertinência dos objetivos propostos para este seminário. E aqui cabe repetir as seguintes indagações:

- face às oportunidades - cada vez mais fugidias - de emprego regular assalariado, como entender a natureza e o destino dessa *economia dos setores populares* dentro da lógica central do capitalismo hoje?
- face às tendências do capital e do trabalho "nestes tempos de globalização", o que se pode projetar, entre a realidade e a utopia, sobre os limites e possibilidades dessa *economia dos setores populares*?
- seria possível, não apenas potencializar essa *economia dos setores populares* mas, também, fortalecer as relações assentadas em valores éticos de solidariedade, cooperação e justiça?

Em relação a estas questões pode-se dizer que:

- em sua matriz empírica, esta *economia dos setores populares* existe apenas de forma dispersa e fragmentada. A sua viabilidade, o crescimento e a troca de qualidade dependeria de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento;
- estimulam ações propositivas dentro de um marco conceitual onde a viabilidade das organizações econômicas populares transcende os aspectos estritamente econômicos,

requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas no campo político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ongs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais, etc.;

- mesmo que de forma ainda incipiente, a percepção do mercado pelos movimentos sociais como uma realidade simultaneamente econômica e social, contesta a visão liberal do mercado como um regulador sem reguladores e aponta para a resistência e proposições, desde o interior da *economia de mercado*, contra a exclusão imposta pela ordem capitalista; e
- instigam uma *redescoberta cidadã do trabalho*, com as conseqüentes implicações políticas, econômicas e sociais. Deve estar claro que não se trata de idealizar valores e práticas existentes no âmbito popular, nem da criação de uma ilusória economia alternativa, ou de coisa feita para pobre, pequenininha, precária ou compensatória, mas de intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia.